

SÃO PAULO, SP, 12 DE SETEMBRO DE 1997

Eu queria, inicialmente, saudar o Vice-Presidente da República da África do Sul. Já o saudei aqui, pessoalmente e efusivamente, porque nós temos – o Brasil e a África do Sul – um sentimento de mútuo entendimento e de mútua simpatia. É um prazer vê-lo aqui. E, ao saudá-lo, eu estendo essa saudação a todos aqueles que vêm de outros países, para assistir a este fórum aqui, em São Paulo.

Quero saudar a presença do Governador Mário Covas e, naturalmente, não só saudar, mas agradecer as palavras do Senhor Schwab, sempre tão entusiásticas, a respeito do que se está fazendo no Mercosul e aqui no Brasil.

Eu iria apenas fazer algumas considerações sobre uma visão do Brasil para o próximo século, mas, se me permitem, como não posso mais, nem devo, pensar no Brasil como uma entidade à parte do Mercosul, gostaria de estender um pouco mais as minhas considerações, em termos da visão dessa parte do mundo para o próximo século.

Aqui, eu me sinto um tanto embaraçado, porque é muito difícil, como tenho dito e repetido, separar a condição humana da condição de Presidente da República, de tal maneira que, ao mesmo tempo, pela

minha formação de sociólogo, tenho sempre que me ater mais a fatos e buscar uma objetividade, mas, por outro lado, como Chefe de Estado, para propor uma visão, nós precisamos ter, sempre, alguma capacidade de previsão. E a previsão, nas ciências humanas e na história, é sempre algo muito arriscado. Mas, se não se introduzir aí algum elemento valorativo, alguma vontade de que as coisas sejam de um determinado modo, dificilmente se constrói uma visão.

De qualquer forma, eu creio que nós podemos buscar algumas bases mais objetivas, para ver de que maneira a nossa realidade está se transformando, ver quais são os nossos objetivos, as nossas metas e como fazer para alcançá-las.

Acredito que o que marcou mais profundamente o Brasil, nos últimos anos – e não são apenas nos quase três anos em que estamos no Governo, mas isso vem de mais longe –, e também toda essa região da América e, sobretudo, da América do Sul, do Cone Sul da América do Sul, foi o fato de que as nossas sociedades estão se democratizando, e numa velocidade crescente.

E aqui eu não quero me referir apenas àquilo que é fundamental, que é a existência de instituições republicanas e instituições democráticas: o Parlamento, a imprensa livre, a existência de eleições regulares, a existência de partidos livres. Evidentemente, tudo isso é fundamental para que nós entendamos um processo de democratização. Isso está existindo no Mercosul, está existindo no Chile, na Bolívia, enfim, nos países da América do Sul, de um modo geral. Mas eu me refiro a um processo mais profundo, que diz respeito, propriamente, à percepção de que a cidadania, ou seja, a consciência que cada habitante tem de seus direitos, talvez dos seus deveres, da necessidade de que eles possam transformar os objetivos, que são pessoais, em objetivos que possam ser compartilhados e, portanto, se organizem, tudo isso é o que de mais expressivo tem marcado a nossa vida contemporânea. Eu creio que o fundamental para que nós, hoje, tenhamos alguma coisa de mais sólido, em termos, inclusive, econômicos, é o fato de que houve uma grande mudança nas nossas sociedades.

Essas sociedades, até há muito pouco tempo, eram marcadas mais por relações de patrimonialismo, de grande confusão entre o público e

o privado e com tudo o que implica o sistema de clientela, do que pela existência de partidos, que propõem valores e visões do mundo, porque isso implica, também, uma certa acomodação e, às vezes, até corrupção. Tudo isso tem se transformado muito fortemente e de forma muito precisa, pelo fato de que nós estamos assistindo à reafirmação dos valores republicanos e dos valores da cidadania.

No caso brasileiro – e também não é só no Brasil – mas, enfim, no caso brasileiro, a formação até mesmo de atores novos na área social, com abrangência política, é um processo que vem de antes da estabilização da economia e, muitas vezes, antes mesmo do processo formal de redemocratização, isto é, da quebra do regime autoritário que existia aqui, como existia no Chile, como existia na Argentina, como existia no Uruguai, como existia no Paraguai, como existia em muitas partes, que se foram, digamos, desvanecendo com a presença ativa de novos atores sociais.

E aqui uma característica que não é alheia a muitos do senhores, e que vem de países do Primeiro Mundo, é que esse processo de renascimento das instituições democráticas, embasado numa consciência cidadã mais forte, se dá em sociedades urbanas, que é aquilo que, no jargão sociológico, se chama de “sociedades de massa”. Sociedades, portanto, nas quais os liames entre as pessoas já não podem basear-se apenas nas relações face a face, nos grupos familiares, nos grupos de amizade, nos grupos de interesse, mas, em larga medida, nas relações que, aparentemente, são abstratas e dependem de uma mediação feita sempre pelos meios de comunicação de massa, pela percepção de informações e pela capacidade que os cidadãos possam ter de absorver e elaborar essas informações, de tal modo que sejam capazes de agir em função de definições próprias de cada um, as quais são organizadas livremente nos vários níveis da sociedade.

Esse processo foi muito nítido no Brasil, quando ainda tínhamos o regime autoritário. O movimento que modificou o Estado brasileiro, o Estado autoritário, não foi um movimento de rebeldia armada, não foi um movimento sequer propriamente de greves, por exemplo, mas foi um movimento de grandes manifestações populares. Muitos de nós, aqui, fomos testemunhas partícipes e até estimuladores desses movi-

mentos, que tiveram, como conseqüência, mudanças muito profundas, cujas conseqüências que estavam sendo desencadeadas, no ponto de partida, nós nem imaginávamos, pelo fato de que, através de um sentimento que, de alguma maneira, permeava o conjunto da população, esses movimentos acabaram por pôr em xeque o regime autoritário de maneira muito peculiar: sem quebrá-lo, mas transformando-o.

A transformação foi simultânea a um cerco da sociedade, através de idéias libertárias, de reivindicações e, ao mesmo tempo, de transformações internas daqueles que estavam dirigindo o próprio regime, que foram se modificando, à medida que a sociedade ia ampliando seus mecanismos de pressão.

Isso tudo foi muito impressionante, e continuou sendo depois mesmo de as instituições democráticas estarem em vigência. Isso se notou claramente, por exemplo, quando houve o *impeachment* de um presidente legitimamente eleito. Da mesma maneira, a própria sociedade foi capaz de buscar mecanismos e de mostrar sua insatisfação, e as instituições – o Congresso, os tribunais – acabaram por absorver essa insatisfação e por processá-las dentro da legalidade democrática.

De alguma maneira, esse mecanismo, que é permanente nas sociedades modernas, cria atores sociais. Eu tenho dito há muitos anos, como sociólogo, mesmo antes de ter participação ativa na vida política, que a sociedade, através da mídia, inventou – esse “inventou” é um pouco para forçar – atores sociais. Num dado momento, os sindicatos passaram a ser focalizados como atores importantes, em pleno regime autoritário. Noutro momento, o papel da universidade, dos intelectuais, nas reuniões científicas das associações de intelectuais. Noutro momento, empresários foram sendo criados como *persona* de movimentos necessários, então, à criação da idéia de um empresariado nacional ativo, e não ligado diretamente ao Estado e nem desejoso da repetição das estruturas tradicionais de mando, mas com uma visão mais moderna.

Tudo isso foi sendo criado pela intermediação disso que está aí: a televisão, o rádio, a imprensa. Claro que isso requeria uma imprensa livre. Foi muito importante que essa liberdade de meios de comunicação existisse, para que nós pudéssemos ver que já vivíamos numa socie-

dade de massas mais modernizada, em que a cidadania tinha uma importância fundamental.

Sem isso, não teríamos podido passar pelas transformações econômicas por que estamos passando. Elas vieram depois, como um imperativo até mesmo da própria cidadania. Chegou-se a um ponto em que – para mencionar essa palavra que não foi aqui mencionada – a inflação passou a ser percebida como um mal absoluto, porque era instrumento de concentração de renda, instrumento de desigualdade, instrumento de desorganização das expectativas, mecanismo que impossibilitava uma visão um pouco mais longe, porque a inflação transformava as decisões todas em decisões do dia-a-dia, decisões quase banais, em que se corre atrás do incêndio, atrás da tragédia que já ocorreu, porque não tinha o horizonte para vislumbrar o dia de amanhã.

Era incompatível a manutenção de uma economia concentradora de renda, via inflação, com a existência de uma sociedade já mais aberta. Eu tenho utilizado uma expressão que tomei de alguém de que já não me lembro. Vocês sabem que, em certa altura da vida, as idéias são dos outros. A gente já leu tanto que dificilmente tem idéias próprias e nem se sabe bem qual é o limite. Então, eu sempre atribuo aos outros as idéias – algumas minhas eu posso ter, não sei. Mas eu queria dizer que, expressivamente, nós aqui vivemos numa sociedade que é do extremo Ocidente. Isso não é palavra vazia. É dizer o tipo de estrutura da sociedade. É uma sociedade de massas, é uma sociedade em que há liberdade, é uma sociedade em que a mídia tem um papel fundamental, é uma sociedade que cria atores sociais, que se tornam políticos, independentemente dos partidos, é uma sociedade que tem partidos e que, portanto, de alguma maneira dá a impressão de ser uma sociedade do tipo das ocidentais.

Não é bem assim, porque estamos no extremo Ocidente, porque, de alguma maneira, também temos uma série de aspectos que não são exatamente iguais àqueles que, historicamente, constituíram o mundo ocidental. Se eu quisesse repetir alguma coisa, que também devo ter tirado de alguém e que eu disse, recentemente, umas duas ou três vezes, quando me perguntaram a respeito de questões de comportamentos mentais, de formas de raciocínio, eu diria: “Bom, nós, aqui, somos cartesianos, ou

parece que não somos quase nada”. Nós temos uma formação, nas nossas universidades, do tipo européia, cartesiana, mas – cuidado! – sempre com uma pitada de candomblé, que é uma religião africana. Isso quer dizer que o princípio da não-contradição aqui existe, mas não tanto assim. As coisas, de repente, são e não são. E não são hegelianas, não têm a superação de um terceiro termo. Ficam entre sendo e não sendo, pode ser bom e pode ser mau, ao mesmo tempo. Na cosmogonia iorubá, que nos veio da África, isso pode existir. O bem e o mal, na China, também coexistem. Um não vence o outro e, aí, não se superam.

Enfim, ao mesmo tempo em que somos uma sociedade com essas características, é isso que, talvez, explique a dificuldade que há na compreensão de certos processos políticos brasileiros, processos sociais brasileiros. Eu não tenho tempo não digo de demonstrar, mas de dar evidências de como as relações aqui são um pouco assim. Mas esse pouco que nos diferencia, certamente, muitas vezes – e mesmo até algum certo gosto que nós temos pela multiplicidade de tradições culturais, de cores da pele, de variabilidade de situações étnicas, etc. –, vem junto com uma característica que, aí, sim, ajuda muito, que é a da tolerância. No passado, podia parecer que isso era mera ideologia – e muitas vezes foi –, ou seja, uma distorção nossa, para que nós próprios não víssemos a violência que aqui existe, a exploração de classes que aqui existe, enfim, os desatinos que aqui existem. Isso podia dar a impressão de que estamos substituindo uma visão da realidade por uma concepção romântica, imaginária, de nós próprios, brasileiros, como se fôssemos tolerantes. E há essa ambigüidade mesmo de ser e não ser, do bom e do mau, mas é verdade, também, que existe uma certa capacidade plástica de absorver diferenças.

Em função de tudo isso, quando, agora – para não ficar muito fora dos temas econômicos, que eu sei que apaixonam mais que os temas sociológicos ou culturais – foi possível restabelecer no País a confiança em nós próprios, quando foi possível tomar decisões difíceis, como, por exemplo, a abertura da economia, com uma rapidez enorme, sem que houvesse uma negociação que resguardasse, muitas vezes, os interesses legítimos nossos; quando foi possível fazer com que, progressivamente,

o Estado deixasse de ser um guarda-chuva, simplesmente para proteger aqueles que já não precisavam de proteção e, portanto, para manter uma situação de desigualdade crescente e de acumulação perversa, tudo isso veio com muita força, veio com muita força.

Então, nestes dois anos e meio, que não são dois anos e meio, é um pouco mais, realmente, porque esse processo de estabilização da economia vem de antes, quando foi possível estabilizar a economia, no quadro que eu já descrevi, de uma sociedade que se democratizara com as características culturais, que eu acabo, muito rapidamente, de mencionar, de repente percebe-se que as mudanças vão muito mais depressa do que nós mesmos imaginávamos como possível. Há três anos, era inimaginável o que disse o Senhor Shwab, que 16 bilhões de dólares fossem investidos diretos no País, porque isso é muito pouco. Eu espero que venha muito mais. É realmente pouco. E virá mais. Por quê? Porque, hoje, a sociedade já tem capacidade de absorver. Não é o Presidente da República, não é o Governo, não é o Estado. É muito mais amplo do que isso.

Há muito tempo que eu digo – hoje, talvez, não possa mais dizer, porque sou o Presidente – que é preciso ver que as decisões em Brasília vão ser seguidas, porque não é que se decide em Brasília e o País acompanha. Há decisões que sim e há decisões que não. Nós somos uma poliarquia, para usar um termo um pouco pedante dos cientistas políticos, do Robert Dahl, não é isso? Nós somos uma poliarquia. Há muitos centros de decisão. As decisões, aqui, não são decisões que se possam tomar de forma fechada e autoritária e que tenham um efeito. É preciso negociar sempre muito. É preciso perceber e ter, de novo, a capacidade de tolerar a diversidade e ver: às vezes, dá certo; às vezes, não dá. E as pessoas, crescentemente, são autônomas na absorção da informação e no seu comportamento. E as decisões, portanto, quando não coincidem com o sentimento do País, não têm validade efetiva e não se transformam em comportamento prático.

Mas isso é que é sociedade moderna, em que não existe necessidade de um centro poderoso, que vá levar tudo de acordo com uma certa norma. Mas, dir-se-á: “Bom, mas, então, há sempre um risco, porque o que vai acontecer neste país?” Não. Não há risco. Não há risco, porque,

na verdade, é como se fosse um processo permanente de *feedback*, um processo em que as ações e reações acabam por buscar uma diretriz. Não é um processo de *feedback* que paralisa, mas é um processo que busca diretrizes. Aí entra o papel dos dirigentes políticos, empresariais, sociais, sindicais, eclesiásticos, porque nós temos que, realmente, desenhar essas diretrizes com a humildade de perceber que, numa sociedade complexa e dinâmica como esta que aqui existe, não podemos imaginar que vamos impor, mas, sim, não podemos nos omitir de dizer, de apontar caminhos e de exercer, quando é o caso, o poder como pedagogia, porque o poder como violência não é mais capaz de obter resultados concretos. E o poder que não se explica não é aceitável e, portanto, requer, permanentemente, um diálogo.

Em homenagem aos que são de origem germânica, eu tenho muita admiração por Habermas. A criação de um espaço público de debate, de diálogo é fundamental. E é o que nós fazemos na área econômica. Aqui não há decisão que não se explique, que não se volte a explicar. Não há, senão um permanente esforço de motivar e, no diálogo, modificar, se for o caso, mas motivar, convencer, fazer com que as pessoas acreditem, cada vez mais, nos objetivos que são propostos.

Ora, quando se faz – aí, já de uma maneira mais plana – alguma avaliação sobre o futuro, sobre as nossas perspectivas, há algumas que são, enfim, de metodologias conhecidas e pode-se supor: “O PIB vai crescer tanto ou tanto. Se o investimento for tal, a demografia será de tal tipo”. Qualquer que seja a hipótese que se faça, sempre se têm resultados de um crescimento possível. E, se houver diretriz política adequada, continuada, ela vai nos levar, realmente, no próximo século, para alguma coisa consistente. Nos organismos oficiais, como o instituto de pesquisa Ipea, que é um órgão do Governo, mas com toda a independência, calcula-se que, pelo ano 2006, o nosso produto interno bruto vai ser de 1,3 trilhões e uma renda *per capita* de 7 mil e poucos dólares. Será? Eu acho que vai ser muito mais.

Por que é que eu digo isso? Não é porque eu queira. É porque nisso há um efeito em cadeia. Quando se ultrapassa o limite de 5 mil dólares, a possibilidade de que o aumento seja mais rápido é muito grande.

Há uma condição fundamental: que nós generalizemos a educação. Porque a variável chave neste país vai ser a capacidade de a sociedade e de os governos, de nós generalizarmos o acesso à educação. Educação primária, elementar, porque com essa se forçam as outras. E é o que o Governo está fazendo.

Lancei, recentemente, um desafio ao País, que já foi entendido como promessa minha. Não é promessa, é um desafio ao País, que eu creio que, até o fim do ano que vem, nós tenhamos condições de que todas as crianças de 7 a 14 anos estejam nas escolas, porque escolas há.

Aliás, nós já temos 91% das crianças nessa idade em escolas. Não é tão difícil chegar a um número mais elevado, como prova de que o País entendeu que é por aí que as coisas podem se mover. Por quê? Porque isso vai assegurar o emprego futuro – depois eu volto um pouco sobre esse tema – e vai assegurar uma melhor redistribuição de renda.

Sem generalização da educação, esses dois objetivos, hoje, são imperativos, por causa do tipo de sociedade na qual vivemos: democrática, aberta, capaz de pressionar, para a continuidade do processo de expansão.

Havendo isso, não tenho dúvida nenhuma de que vamos ter que absorver cada vez mais investimentos, vamos ter que ter possibilidades crescentes, para que nós possamos, efetivamente, mudar a face, para melhor, deste país.

Claro, do ponto de vista do Governo, é muito fácil dizer aqui que o patamar básico é a estabilidade da economia. E é. Não preciso me referir às questões inflacionárias e ao equilíbrio do orçamento, que é difícilimo. Os grandes problemas da Previdência, que não são só nossos, são de quase todo o mundo, a reforma da administração, tudo isso é fundamental.

Mas é fundamental, também, que nós tenhamos duas outras vertentes permanentemente. Uma é a continuidade da política de crescimento econômico. Mas, crescimento econômico, sozinho, não basta, precisa haver desenvolvimento. Portanto, as políticas sociais têm que ser muito ativas, para garantir um bem-estar social maior. E política social hoje começa fortemente pela educação. Claro que saúde é fundamental, acesso à terra é fundamental, mas a variável chave eu creio que é a educação.

Se nós olharmos os dados demográficos, os estudos disponíveis, vamos ver algo interessante, que tem a ver com emprego e com a visão que tenho do futuro do Brasil. A nossa população, hoje, cresce a uma taxa de 1,4%. Há 15 anos, era de 3 e alguma coisa, 3 e muita coisa. A transição demográfica foi rápida, no Brasil; foi abrupta, no Brasil.

Pois bem, isso já está criando uma situação em que, neste momento, estamos no auge da oferta da população economicamente ativa, de mão-de-obra, porque nós temos uma população jovem que está ingressando no mercado de trabalho.

Mas, é só fazer as projeções. A partir do ano 2002, 2003, nós vamos ter 500 mil pessoas a menos, a cada ano, ingressando na força de trabalho. E nós vamos ter um envelhecimento mais ou menos rápido da população. Por volta de 2015, 2020, nós já vamos ter uma situação de população que não cresce. Ela vai se estagnar por volta de 200 milhões de pessoas.

Isso altera tudo. Altera os recursos necessários, para fazer frente às questões sociais. Modifica as prioridades. Teremos mais problemas com os velhos do que com as crianças. Teremos menos oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Só para lhes dar um dado, depois da estabilização da economia, do Plano Real para cá, o nível de emprego subiu entre 5 e 6%. E o nível de desemprego se manteve entre 5 e 6%. Por quê? Por causa da oferta crescente de mão-de-obra.

Se olharmos para o que aconteceu com a mão-de-obra feminina, a sua absorção, no Brasil, foi rapidíssima. Era todo um contingente que não se oferecia ao mercado de trabalho e que entrou nele. E o mercado de trabalho, ainda assim, não apresenta níveis de desemprego de tipo catastrófico. E nem apresentará no futuro, por causa dos dados demográficos que dei, à condição de termos a capacidade de manter a economia crescendo e de generalizarmos o acesso da população à educação, à saúde, etc., porque, no futuro, a questão do emprego vai sofrer – e já está sofrendo – uma transformação drástica, inclusive da noção de emprego estável para uma noção de ocupação, que vai necessitar de uma formação básica muito boa e capacidade de adaptação à oferta de tra-

balho muito diferenciada. Portanto, isso vai requerer um enorme esforço de todas as políticas sociais e educacionais.

Quando nós olhamos os dados sobre desigualdade – e me permitam dar-lhes algumas informações sobre isso –, embora o piso da renda, no Brasil, tenha subido com o Plano Real, aqueles que atravessaram a linha de pobreza se contem, nos primeiros dois anos do plano, entre 8 e 13 milhões de pessoas. Os dados não são meus, são de vários investigadores. Alguns calculam 8, outros calculam 13. Ou seja, houve um aumento efetivo da melhoria de vida da população mais pobre, com a política de estabilização.

Bom, embora isso tenha acontecido, os níveis de desigualdades são muito elevados. Houve uma melhoria na distribuição da renda, mas muito pequena, porque os senhores sabem, e as senhoras também, que é muito difícil alterar níveis de desigualdade. Uma coisa é pobreza. Pode-se diminuir o nível de pobreza, mas outra coisa é saber se, simultaneamente, a desigualdade está diminuindo ou não.

Aqui, pela primeira vez, dos dados que conheço, com o Plano Real, os ricos ficaram proporcionalmente mais ricos, mas numa velocidade menor do que os pobres ficaram menos pobres. Então, houve uma pequena melhoria do coeficiente de Gini – não vamos entrar em tecnicidade.

Pois bem, se nós formos ver qual é a variável que altera mais essa distribuição, é, de novo, a educação, porque, havendo escassez de educação e havendo um crescimento grande da economia, o valor do salário dos mais educados é muito alto. Na medida em que há mais educados, diminui essa disparidade. Então, não estou me referindo à pobreza, estou me referindo à desigualdade.

Se quisermos, também, diminuir a desigualdade, temos que aumentar a educação. E, na civilização brasileira, há um dado que é bastante impressionante, sobre o qual eu creio que os brasileiros sabem pouco. É que, quando se olha a pirâmide de distribuição de renda, os 10% mais ricos do País concentram tanta renda que, se retirarmos esses 10%, a distribuição de renda do Brasil é mais ou menos equivalente à de qualquer outro país do mesmo tipo. Mas, se nós colocarmos esses 10% mais

ricos aqui, a concentração de renda vai lá para as piores do mundo. Dez por cento não quer dizer só os muito ricos, não. Dez por cento pega a alta classe média. São 16 milhões de pessoas que têm uma alta concentração de renda. E têm, em parte, porque têm uma alta concentração de conhecimento – são educados –, de saber. Nós temos que generalizar essa questão da educação.

Ora, se conseguirmos isso – e nós temos tudo para conseguir –, se nós continuarmos, como temos tudo para continuar, numa política de desenvolvimento bastante objetiva, de formação de mercado, de ampliação de mercado, de valorização do Mercosul, entre parênteses, é impensável o futuro do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Chile e do Uruguai, sem o Mercosul, porque o Mercosul foi um instrumento, tão poderoso, de acrescentamento do nosso mercado, da capacidade de troca entre nossos países que, hoje em dia, isso é parte constitutiva das políticas nacionais. E quaisquer que sejam as repercussões que há, aqui e ali, naturalmente numa sociedade de massas, mediadas sempre por fato que chama a atenção, quaisquer que sejam as implicações de uma outra pequena crise, que de repente parece grande, os líderes, os empresários e o povo dos nossos países sabemos que precisamos estar juntos e encontrarmos os meios de superá-la.

Ainda recentemente, o Presidente Menem esteve aqui, conversou comigo. Parecia que a questão do açúcar, na Argentina, ia ser um óbice insuperável. Pois bem, o Presidente Menem já sabe que o Procurador-Geral da República Argentina – isso disse ele a mim – já considerou que, na verdade, o protocolo que formou o Mercosul é uma hierarquia de leis superior às decisões da lei nacional e, portanto, esse problema não é problema para impedir a consolidação do Mercosul. Nada vai impedir a consolidação do Mercosul, porque nós percebemos que isso é algo fundamental para o nosso desenvolvimento e não só para o nosso crescimento.

Então, nós fomos capazes – como seremos, eu tenho certeza – de continuar na política social ativa, de manter uma política de crescimento da economia, de basear esse crescimento não numa desnacionalização, não numa desindustrialização, que são fenômenos que não estão ocorrendo no Brasil. A privatização, no Brasil, não está levando a uma

desnacionalização. É só olhar os dados. E, tampouco, nós deixamos de ter uma política industrial no Brasil, política essa que não está baseada mais numa economia fechada. Portanto, não adianta vir pedir que feche a economia, porque não vou concordar. Não está baseada mais em subsídios para grupos especiais, o que também não será possível, mas, sim, na ampliação da capacidade tecnológica do País e, sobretudo, na capacidade de o Governo criar um fundo de financiamento que permita, aí sim, igualdade na competição, porque essa é a demanda legítima dos empresários. Nós estamos iniciando um processo.

Repetirei o que disse hoje, atendendo a um convite amável do Governador Covas, numa solenidade em que assisti à formação de mais um pólo petroquímico, de mais uma indústria de automóveis e mais uma de motores aqui, em São Paulo, que é o fato de que nós conseguimos ganhar, agora, a concorrência, na China, para a fabricação de geradores na Hidrelétrica de Três Gargantas, assim como conseguimos vender os aviões produzidos aqui, o Embraer 145, porque o Banco de Desenvolvimento Econômico financiou essa exportação com taxas equivalentes àquelas que eram oferecidas pelos concorrentes, sem o que isso não funcionaria.

Ou seja, existe necessidade, obviamente, de o Governo e de aqueles que dirigem o País estarem apontando os caminhos. Nós queremos, sim, continuar tendo uma atividade produtiva muito intensa. Para isso precisamos investir mais em ciência e tecnologia.

Não quero cansá-los com dados, mas a verdade é que nós, nessa área, também avançamos bastante. O setor privado, também, através de mecanismos de facilitação, com imposto de renda, está investindo mais e mais em tecnologia. Nós, agora, é que estamos fazendo a privatização do setor de telefonia. Faremos também – estamos fazendo, já – do setor de energia, sobretudo aqui, em São Paulo. Nós também não vamos nos descuidar de que é preciso produzir os instrumentos necessários para essa generalização do acesso à telefonia.

Estamos criando condições de financiamento. Estamos buscando apoio, *joint ventures*. Não temos nenhum receio. Pelo contrário, queremos mais capital estrangeiro e ficamos felizes com os 16 bilhões. Como

disse: é pouco, tem que vir mais. Mas, enfim, nós temos a motivação suficiente para isso. E estamos redesenhando as condições, até físicas, do Brasil, porque retomamos a noção de que precisamos produzir mais energia e temos que utilizar melhor os nossos portos. Nós estamos avançando muito na transformação dos nossos portos.

Todo o sistema ferroviário brasileiro, hoje, funciona em função de concessão de serviço público, com capital privado, com gerência mais competente. Nós estamos, depois de séculos, fazendo aquilo que é óbvio: utilizando as nossas hidrovias. E as nossas hidrovias têm milhares de quilômetros – eu não estou exagerando. Umaú, para mencionar uma só, lá no extremo Oeste do Brasil, vai para o norte e liga o rio Madeira com o rio Amazonas. Tem uns dois ou três mil quilômetros navegáveis, que estão sendo navegados a partir deste ano.

Com isso, nós estamos fazendo com que a produção do centro do Brasil, de soja, chegue à Europa, chegue a Rotterdam, com o frete 30 a 40% mais barato do que chegava antes. Então, estamos nos preparando fisicamente, na nossa infra-estrutura, para a competição.

Nós precisamos – por isso eu disse que 16 bilhões não é nada – de muitos bilhões de reais e de dólares, para que isso tudo ocorra. Só na privatização do setor energético – eu não quero dizer, porque o Governador de São Paulo está aqui –, quantos bilhões serão? Muitos bilhões. Vamos contar por dezenas de bilhões.

Mas, então, para não cansá-los com elucubrações de entusiasmo, porque eu me entusiasmo mesmo com esse tipo de questão, a verdade é que nós estamos nos preparando para que, efetivamente, no próximo século, possamos ter um país muito dinâmico e capaz de incluir aquelas partes da sociedade que estão excluídas pela pobreza, pela falta de oportunidades, pela falta de educação, pela falta de efetiva capacidade que a sociedade teve, durante séculos, muitas vezes, como é o caso da terra, de absorver essas populações numa vida mais digna.

E, para terminar, repito que isso será feito com uma intensa participação do Brasil no processo internacional. É claro que nós precisamos avançar mais nos processos democráticos, dar mais acesso à maioria, radicalizar, como eu digo, a democracia, universalizar o atendimento

dos serviços públicos, na saúde, na educação, etc., ter capacidade de integração social, mas nós temos que ter as portas abertas ao sistema internacional.

Já foi a época em que um país podia dar-se ao luxo de ser autárquico. Hoje, a verdadeira autarquia, o verdadeiro interesse nacional requerem uma política muito ativa, de captação dos sinais do mundo, para saber como será possível tirar vantagens máximas, dentro das condições existentes. E é possível.

A visão mecânica de que há fatores uniformizadores que vão esmagar os países que estão em desenvolvimento relativamente menor é equivocada. Há a condição de que nós tenhamos a capacidade de manter políticas persistentes e de fazer aquilo que – não vou repetir – disse aqui, que é uma transformação da sociedade para manter esses mecanismos democráticos muito ativos e manter a noção de que nós temos que definir os nossos interesses. Nossos interesses, hoje, passam pela nossa capacidade de reforçar o Mercosul, de avançar sem temor para o processo de integração hemisférica, mas considerando o tempo – considerando as nossas circunstâncias, negociando ponto a ponto – de fazermos uma forte ligação entre o Mercosul e a União Européia, porque isso é fundamental.

Um país da dimensão continental do Brasil não se satisfará com uma relação norte-sul. Vamos precisar da leste-oeste, vamos precisar da Ásia, vamos precisar da Europa, vamos precisar da África, no sentido, digamos, de criar uma nova atmosfera internacional de cooperação muito e muito ativa e de definição clara dos nossos interesses. Cooperação não quer dizer desconhecimento do interesse próprio de cada um. Integração não quer dizer a diminuição do interesse nacional, mas quer dizer redefinição do interesse nacional em função das circunstâncias. Não pode querer dizer, nunca, aceitação de mecanismos integradores que excluem dentro da sociedade. Temos que buscar as formas pelas quais esses mecanismos econômicos de integração sejam, simultaneamente, seguidos por mecanismos sociais, culturais e políticos de integração nacional.

E é preciso que tenhamos a nossa capacidade de participação crescente no concerto internacional, sem temores, sem pretensões, sem

idéias de hegemonia, mas com idéias muito claras sobre qual é o cimento da solidariedade que pode nos unir. E eu creio que nós, hoje, temos todas as condições para levar adiante esse tipo de política.

E, por conseqüência, perdoem se fui demasiado até ufanista, mas é ufanismo novo, não é ufanismo de quem quer, de quem acredita que sozinho faz, que o País fechado resolve, que só este país é capaz, que só o Estado é capaz. É o oposto disso. É uma compreensão muito clara de que, somente criando um ambiente internacional muito ativo de cooperação, repito, sobretudo na questão nossa do Mercosul, é que nós vamos poder proporcionar, crescentemente, bem-estar à nossa população.

Muito obrigado.

[Segue-se intervenção de locutor não identificado]

*Presidente:* Certamente. Eu vou dar um exemplo concreto. Não é uma tecnologia de muita sofisticação. Mas eu mencionei várias vezes, aqui, a necessidade da generalização da formação básica da escola primária.

Pois bem, num país como o nosso – 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, vastas áreas e ainda com sistema de transporte precário –, como fazer isso? Nós criamos um sistema de televisão nas escolas. Cada uma das escolas brasileiras com mais de cem alunos, eu creio – e eu me refiro a 50 mil escolas, mais ou menos – tem um conjunto de televisão. Até certo ponto é fácil colocar isso lá e uma antena, nos ermos perdidos do País. Na escola já tem, já existe, mas é preciso ter um canal que treine as pessoas, o que já tem também. E é preciso treinar os professores; não se trata de treinar os estudantes. Os professores também não têm bom treinamento. Sem essa tecnologia, seria impossível ir depressa e dar o salto necessário. Isso para dar um só exemplo mais corriqueiro.

Talvez até mesmo posso mencionar que nós estamos, agora, para lançar um satélite, todo feito aqui; os motores, também. Até chegar ao ponto de produzir uma tecnologia de lançamento de satélite, é preciso absorver muita tecnologia. E satélite não é para lançar mísseis. Poderíamos, mas recusamos, de pronto, a isso, em nos submetermos ao controle internacional. Mas satélites, sim, vamos precisar lançar, porque vamos precisar,